

Risco e Resiliência em escolares: um estudo comparativo com múltiplos instrumentos*

Silvana Canalhe Garcia

Rachel de Faria Brino

Lúcia Cavalcanti de Albuquerque Williams

Introdução

Nas últimas quatro décadas, estudos na área da psicopatologia do desenvolvimento infantil têm observado populações que, apesar de viverem em situações de risco e terem alta probabilidade de resultados pobres em seu desenvolvimento, conseguem superar as expectativas. Muitos seres humanos quando submetidos à violência de outros seres humanos ou das catástrofes da natureza, tornam-se vítimas, adquirindo transtornos de conduta na adolescência e transtornos psiquiátricos na vida adulta. Outros indivíduos, no entanto, se recuperam – são os chamados resilientes (Rutter, 2007). O vocábulo resiliência tem sua origem no latim, no termo *resilio* que significa voltar atrás, recuar. A adoção desse conceito a pessoas contempla o poder de recuperação, a capacidade de se recuperar ou de se adaptar às mudanças ou aos problemas, a flexibilidade para sofrer o impacto e não se deformar (Kotliarenco, Cáceres & Fontecilla, 1997).

Enquanto objeto de investigação, a resiliência tem sido examinada de forma sistematizada no decorrer das últimas décadas a partir de trabalhos desenvolvidos com crianças expostas a múltiplos riscos psicossociais em seus ambientes (Kim-Cohen, 2007). Rutter (1993) usa o termo resiliência para definir a pessoa que, apesar de nascer e viver em situações de risco, se desenvolve com saúde e êxito. A resiliência não é uma característica ou traço individual, mas consequência da interação entre os fatores de risco, a intensidade e duração dos mesmos e dos

* O estudo compõe parte da tese de doutorado da primeira autora, orientado pela terceira autora e defendida junto ao Programa de Pós-graduação em Educação Especial.

fatores de proteção do indivíduo ou do seu ambiente, decorrentes de relações parentais satisfatórias e da disponibilidade de fontes de suporte social na vizinhança, escola e comunidade.

O modelo teórico da resiliência se desenvolveu na área da psicopatologia do desenvolvimento, na qual já eram conhecidos os conceitos fatores de risco e de proteção. Fatores de risco relacionam-se com toda sorte de eventos negativos e estressores de vida e que, quando presentes, aumentam a probabilidade de o indivíduo apresentar problemas físicos, sociais ou emocionais (Rutter, 1987). Alguns fatores considerados de risco para a criança são: pobreza, morte de pais ou avós cuidadores, divórcio, separação forçada, doença de pais ou irmãos, mudanças, acidentes, vários tipos de abusos, abandono, novos casamentos dos pais, perder a moradia, perda de emprego ou detenção de seus cuidadores, assaltos, desastres e catástrofes naturais (Rutter, 1993). São, também, considerados fatores de risco nascer em família com história de doença mental, prematuramente, com baixo peso ou sob riscos médicos (Masten, Best & Garmezy, 1990).

Segundo Rutter (1993), o conceito de resiliência vincula-se ao de risco em três aspectos: (a) a resiliência não está no fato de se evitar experiências de risco e só ter características saudáveis, mas refere-se à capacidade de enfrentar e responder bem quando há perigo de possíveis conseqüências negativas, (b) os fatores de risco podem operar de diferentes maneiras em diferentes períodos de desenvolvimento e (c) é necessário focar mecanismos de risco no seu contexto mais amplo e não os fatores de risco isoladamente. Portanto uma condição de risco não pode ser assumida a priori, sendo recomendável o uso de várias medidas em estudos longitudinais.

Em oposição ao conceito de resiliência, surgiu o de vulnerabilidade, utilizado para definir as suscetibilidades físicas e/ou psicológicas que podem potencializar os efeitos dos eventos estressores, predispor ao desenvolvimento de várias formas de psicopatologias e provocar alterações no desenvolvimento de uma pessoa submetida a situações ou fatores de risco. Pode haver maior vulnerabilidade quando ocorre a presença concomitante de diversas condições de risco em um mesmo contexto, como é o caso de crianças em situação de pobreza (Garmezy, 1993). Deve-se, também, distinguir os níveis de risco dependendo do impacto direto ou não sobre o indivíduo (Luthar, 1993). Uma situação como a pobreza não pode ser considerada risco por si mesma, mas pelos déficits que acarreta. Assim, só se pode falar que a pobreza é uma condição de risco se, de fato, desencadear situações comprometedoras ao bom desenvolvimento (Souza, 2003).

Identificam-se três categorias de fatores de proteção associados à resiliência que podem atuar como escudo aos fatores de risco, reduzindo os efeitos das circunstâncias desfavoráveis: as fontes de apoios e recursos externos, fatores pessoais e habilidades sociais (Maia & Williams, 2005). Segundo Rutter (1987), fatores de proteção referem-se a influências que modificam, melhoram ou alteram a resposta de uma pessoa a algum perigo que predispõe a riscos de desadaptação. Os fatores protetores do ambiente podem existir na família e na comunidade. Crianças na idade escolar, pertencentes a famílias que apresentam estrutura e regras, que possuem um vínculo estreito com pelo menos uma pessoa emocionalmente competente e estável que esteja sintonizada com as suas necessidades e com crenças religiosas, apresentam mais capacidade de recuperação a despeito da pobreza crônica, discórdia familiar ou psicopatologia dos pais. Participar de programas de suporte social na comunidade e na escola, receber apoio no grupo de pares caracterizam fatores protetores na comunidade. Experiências positivas na escola, geralmente por parte de um professor que encoraja confiança, autonomia e iniciativa podem atenuar os efeitos de riscos no lar da criança (Wang & Haertel, 1995).

Às fontes externas de apoio, vinculam-se os fatores de proteção próprios do indivíduo. Crianças resilientes à adversidade demonstram que determinadas características sócio-emocionais e cognitivas próprias têm uma associação positiva com a possibilidade de enfrentar os fatores de risco e de aproveitar os fatores protetores, obtendo sucesso adaptativo. As características emocionais e habilidades sociais apontadas nos jovens resilientes são: mais responsabilidade, autonomia, motivação para realização de tarefas, boas habilidades de comunicação e soluções de problemas, boas relações interpessoais, empatia, ter um hobby ou interesse especial compartilhado com algum amigo, direção de metas, *locus* de controle interno, expectativas futuras, senso de auto-eficácia, criatividade, humor e autoconceito positivo. No meio escolar, os estudantes resilientes apresentam competências cognitiva, escolar e capacidade de atenção e concentração (Wang & Haertel, 1995; Werner, 1993).

A presença de um fator de proteção pode determinar o surgimento de outros fatores de proteção em algum outro momento, originando um processo que pode atenuar os efeitos negativos no indivíduo frente aos riscos. Segundo Rutter (1987), os fatores de proteção possuem quatro principais funções: (1) reduzir o impacto dos riscos, fato que altera a exposição da pessoa à situação adversa; (2) reduzir as reações negativas em cadeia que seguem a exposição do

indivíduo à situação de risco; (3) estabelecer e manter a auto-estima e auto-eficácia, pelo estabelecimento de relações de apego seguras e o cumprimento de tarefas com sucesso; (4) criar oportunidades para reverter os efeitos do estresse.

Podem ser que apenas os fatores de proteção sejam preditivos de resiliência, enquanto os fatores de risco não possuem tal capacidade, como pode ser também que a resiliência seja o produto final da combinação e acúmulo dos fatores de proteção (Pesce, Assis, Santos & Oliveira, 2004). Seja como for, a qualidade dos vínculos familiares é um dado crucial a ser pesquisado em resiliência, pois esta emerge como resultado de uma interação, ou seja, é um fenômeno que ocorre a partir de uma relação de um sujeito com seu entorno humano. O estilo parental, a forma dos pais se relacionarem com seus filhos, podem-se expressar de várias maneiras, como a forma de discipliná-los, de comunicar-se com eles e o espaço que dão aos filhos para que eles se expressem ou participem das decisões da família (Walsh, 2005).

Silva (1999) estudou famílias de refugiados políticos no Peru e observou que as crianças que se mostravam mais resilientes provinham de famílias nas quais havia um sistema disciplinar justo e coerente e as crianças menos resilientes pertenciam a famílias nas quais o sistema disciplinar era arbitrário, com insultos e castigos severos. Este seria um dos fatores mais importantes para a saúde mental das crianças. Tais dados são corroborados por pesquisadores que estudam os efeitos dos estilos parentais e da exposição à violência doméstica sobre o comportamento dos filhos (Brancalhone & Williams, 2003; De Antoni & Koller, 2000; Dell'Aglio, 2003; Gomide, 2006; Junqueira & Deslandes, 2003; Koller & Lisboa, 2007; Maldonado & Williams, 2005; Yunes, 2003).

Santos e Graminha (2006) verificaram uma forte associação entre baixo rendimento acadêmico e problemas de comportamento. Concomitante, um maior número de recursos na casa, tais como livros, brinquedos, eletrodomésticos, tornando o ambiente rico em estimulação, foi identificado como fator de proteção ao desenvolvimento. Tal estudo comparou 40 crianças divididas em dois grupos iguais entre 6 e 10 anos, um com alto rendimento acadêmico, outro com baixo rendimento. Por meio de escalas comportamentais e levantamento de dados sobre recursos no ambiente familiar e organização do lar, os resultados mostraram que, no grupo com baixo rendimento, a maioria das crianças apresentava maior índice de problemas de comportamento. O grupo com alto rendimento acadêmico provinha de famílias com hábitos e rotinas mais organizados, sugerindo que esse seja um fator de proteção para as crianças em idade

escolar. A presença de materiais educacionais associados ao envolvimento dos pais, participando e organizando a rotina da criança, constituiu-se em recurso favorecedor do desempenho escolar. As autoras apontaram a importância da identificação precoce do risco para evitar dificuldades de aprendizagem (Santos & Graminha, 2006).

Similarmente, Ferreira e Marturano (2002) conduziram um estudo em que identificaram crianças entre 7 e 11 anos com baixo desempenho escolar, separadas em dois grupos: 30 sem problemas de comportamento e 37 com problemas. Verificou-se que o ambiente familiar de crianças com baixo desempenho escolar apresentava menos recursos e mais adversidades, incluindo problemas nas relações interpessoais e falhas parentais como pouco suporte, práticas punitivas e modelos adultos agressivos, tornando a criança mais vulnerável. As autoras apontaram que as dificuldades escolares aumentam a vulnerabilidade da criança para a desadaptação psicossocial.

Pesce, Assis, Santos e Oliveira (2004) analisaram a relação da resiliência com eventos de vida desfavoráveis e fatores de proteção. A amostra do estudo foi composta por 997 adolescentes escolares da rede pública de ensino. Selecionando itens de várias escalas, os autores mensuraram resiliência, eventos de vida, violência física e psicológica, violência na escola e na localidade, violência entre irmãos e entre pais, violência sexual, apoio social, auto-estima, supervisão familiar, relacionamento com amigos e professores. Os eventos de vida negativos não apresentaram relação com a resiliência, enquanto os fatores de proteção mostraram-se todos correlacionados com o constructo. Os autores interpretaram que os fatores de proteção auto-estima, apoio social, gênero e relacionamento com outras pessoas atuaram como facilitadores no processo individual de perceber e enfrentar o risco, confirmando a hipótese teórica do constructo de resiliência que se refere ao fato de que, diante de fatores potencialmente geradores de desequilíbrio para cada indivíduo, os mecanismos de proteção são tomados como o ponto chave necessário para o restabelecimento do equilíbrio perdido e demonstração de competência apesar da adversidade.

O acúmulo de riscos existe em quase todas as famílias, mas o pior efeito se dá nas famílias mais pobres, em que há uma grande possibilidade de a criança ser exposta a discussões familiares, separação dos pais, desemprego crônico e cuidados inadequados (Evans, 2004). Na situação de pobreza pode ocorrer acúmulo de riscos e associa-se a comprometimentos no desenvolvimento e fracasso escolar na infância e a desemprego, violência, perturbações na ordem civil e drogadicção

na adolescência e vida adulta. Jovens que vivem em regiões pobres apresentam mais sentimentos de solidão e isolamento, baixa autoconfiança, problemas de conduta, depressão, conflitos entre colegas, problemas de saúde física e psicológica (Evans, 2004; Koller & Lisboa, 2007; Masten & Coastworth, 1998).

Pesquisas que busquem identificar os aspectos saudáveis de crianças e adolescentes em situação de risco são de grande importância, uma vez que, de acordo com os dados da Fundação Getúlio Vargas, mais de 30% da população do Brasil vive abaixo da linha de pobreza, e, conseqüentemente, milhares de crianças e adolescentes se desenvolvem em ambientes de miséria material, emocional e cognitiva (Pinheiro, 2004). Quando muitas situações de risco se associam, elas dificultam o cumprimento da agenda desenvolvimental, a aquisição de habilidades e o desempenho de papéis sociais (Sapientza & Pedromônico, 2005). Devido à importância de se aprofundar as pesquisas na área, como apontam Souza e Cerveny (2006), realizou-se esse trabalho que teve por objetivo geral identificar fatores de risco e de resiliência entre escolares de 10 a 13 anos de idade, provenientes de famílias menos favorecidas economicamente. O caráter da pesquisa é descritivo e exploratório na busca de correlações entre fatores de risco que dificultam o desenvolvimento e fatores de resiliência que essa população apresenta. Os objetivos específicos da pesquisa foram:

1. averiguar o rendimento acadêmico das crianças,
2. investigar junto aos familiares dados sobre características das crianças que possibilitassem identificar aquelas que apresentavam problemas emocionais/comportamentais e as que não apresentavam;
3. identificar junto aos pais as condições adversas e favoráveis de desenvolvimento em diferentes contextos, tais como recursos no ambiente familiar, eventos adversos aos quais as crianças estiveram expostas, fontes de suporte social, práticas educativas utilizadas com as crianças e nível socioeconômico das famílias;
4. investigar a percepção das crianças sobre as práticas educativas utilizadas com elas pelos pais, bem como sobre os fatores de resiliência incluindo sentimentos, habilidades sociais e suportes externos;
5. verificar possíveis associações entre as variáveis levantadas.

Metodologia

Participantes: De um total de 120 crianças matriculadas nas 3^{as} e 4^{as} séries de uma escola pública, realizou-se a aplicação de questionários em 107 crianças (113 famílias assinaram o Termo de Consentimento para participação de seus

filhos na pesquisa e 6 faltaram no período da coleta de dados). A opção por essa escola deveu-se a sua localização em um bairro de baixo poder aquisitivo, bem como estar próxima a uma rodovia estadual que corta a cidade, apresentando assim grande movimento de tráfico de drogas e prostituição. Adicionalmente 57 famílias dessas crianças participaram do estudo.

A faixa etária das crianças variou de 10 a 13 anos, sendo que 46 (43% do total) eram meninos e 61(57%) eram meninas. Com relação às famílias, 51% apresentaram renda entre meio a dois salários mínimos. Como o número de moradores por casa era alto (61% das famílias era composta por 4 a 5 pessoas), evidenciou-se famílias de baixo poder aquisitivo, especificamente classes *D* e *E*, que referem-se à faixa da população ganhando menos de quatro salários-mínimos por mês. Apenas 7%, os que ganhavam mais de 4 salários-mínimos por mês, se encontravam na classe *C*. Mais de 50% dos pais e mães não tinha completado o 1º grau, 49% das mães exerciam trabalho remunerado e 51% das crianças moravam com os pais biológicos.

Instrumentos: O instrumento utilizado exclusivamente junto às crianças foi a *Escala de Resiliência* (Hiew, Mori, Shimizu & Tominaga, 2000) que inclui medidas de auto-percepção, habilidades sociais e contribuições de suportes externos. A escala foi traduzida e adaptada para a pesquisa. Para a adaptação da escala originalmente em inglês para o português, realizou-se a análise semântica e de conteúdo dos itens da escala, pela seguinte sequência de passos: equivalência conceitual, que se refere à equivalência do conceito na cultura original em comparação à cultura alvo; equivalência semântica, que consiste na tradução do instrumento original não só considerando o significado das palavras entre os dois idiomas diferentes, como também buscando atingir o mesmo efeito em culturas distintas e equivalência operacional, que visa manter características operacionais do instrumento original para propiciar maior confiabilidade e validade do instrumento (Pasquali, 1997).

Obteve-se, na secretaria da escola, os resultados do SARESP (Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo) que avalia o domínio das habilidades cognitivas desenvolvidas pelos alunos no final de cada série.

Os instrumentos utilizados exclusivamente junto às mães ou responsáveis das crianças foram: *Escala Comportamental Infantil A2 de Rutter* (traduzida e adaptada por Graminha, 1994) que investiga uma série de problemas de saúde, hábitos e comportamentos; *Inventário de Recursos no Ambiente Familiar* (Marturano, 1999) que verifica supervisão e organização das rotinas, oportunidades de inte-

ração com os pais, presença de recursos no ambiente físico e caracterização da família; *Escala de Eventos Adversos* (Marturano, 1999) que averigua os eventos negativos aos quais as crianças estiveram expostas nos últimos 12 meses e/ou anteriormente; *Questionário de Suporte Social* (traduzido e validado por Matsukura, Marturano & Oishi, 2002) que verifica dados do entorno familiar e *Formulário Informativo sobre Nível Sócio-Econômico*.

O instrumento *Inventário de Estilos Parentais* (Gomide, 2006) foi aplicado em duas versões, uma foi respondida pela mãe ou responsável e outra pela criança. O instrumento identifica famílias de risco que apresentam práticas educativas voltadas para o aumento da probabilidade de desenvolvimento de comportamento anti-social em pelo menos um de seus membros, bem como famílias que apresentem práticas educativas voltadas para o desenvolvimento de comportamentos pró-sociais. São avaliadas oito práticas educativas, sendo duas positivas (monitoria positiva e comportamento moral) e seis negativas (punição inconsistente, negligência, disciplina relaxada, monitoria negativa e abuso físico).

Procedimentos

Somente após a autorização do Comitê de Ética para a realização da pesquisa, foram encaminhados os Termos de Consentimento Livre e Esclarecido para os participantes assinarem e então dar-se início a aplicação dos instrumentos. As crianças responderam aos instrumentos individualmente, na própria escola, em sala isolada, destinada para tal. A duração da aplicação foi em média 30 minutos com cada criança, sendo que tal coleta foi realizada ao longo de um mês. Os instrumentos foram lidos pela primeira autora, que anotava as respostas das crianças. A aplicação juntos aos familiares foi realizada em suas próprias casas, sendo que os encontros duraram cerca de duas horas com cada participante e essa parte da coleta totalizou quatro meses. Os instrumentos eram lidos pela primeira autora para o familiar, que no mesmo encontro respondia a todos eles. Os participantes não apresentaram dificuldades no preenchimento dos instrumentos.

Os dados foram submetidos ao teste não paramétrico Wilcoxon Two-Sample (teste não paramétrico mais utilizado para verificar valores em duas amostras de dimensões diferentes) para avaliação de grupos distintos e verificação de diferença significativa ($p < 1\%$) entre eles (Dancey & Reidy, 2006).

Resultados

A *Escala Comportamental Infantil A2 de Rutter* mostrou que 46% do total das crianças apresentava indicativos da presença de distúrbios emocionais/comportamentais. Para esse grupo, o número de meninos (57,7%) era maior que o de meninas (42,3%). Essa diferença, no entanto, não tem significância estatística.

O *Inventário de Recursos no Ambiente Familiar* mostrou que 99% das crianças recebiam supervisão para escola e, de modo geral, contavam com horários para atividades principais relacionadas a estudo, higiene pessoal e refeições. Com relação a oportunidades de interação com os pais, verificou-se que a maior parte das famílias compartilhava atividades e passeios e estava frequentemente reunida e 79% das crianças podia recorrer à mãe quando necessário. Havia presença de dicionários, livros escolares e infantis para mais de 70% da amostra.

A *Escala de Eventos Adversos* evidenciou que o evento adverso sofrido pela maioria das crianças relacionava-se a problemas financeiros (56% do total). Para 54% delas, a mãe começou a trabalhar fora de casa em decorrência de tais problemas. Para 37% do total de crianças, ocorreram também a perda de emprego do pai ou da mãe e aumento da ausência do pai durante 8 horas ou mais por semana. Com relação às adversidades referentes à relação dos pais, observou-se que ocorreu aumento de brigas e conflitos entre os pais para 33% e separação dos pais para 26% das crianças. Houve divórcio dos pais e novo casamento do pai ou da mãe para 21% do total.

O *Questionário de Suporte Social* mostrou que a média de pessoas consideradas como fonte de apoio para cada mãe respondente ficava entre uma e duas pessoas, sendo que a maioria (31%) apontava a própria mãe como a pessoa com quem poderia contar. O marido era citado com fonte de suporte apenas para 8% da amostra.

Com relação ao rendimento acadêmico, das 107 crianças participantes, 30 não realizaram a prova do *SARESP*. A Tabela 1 a seguir mostra a distribuição das 77 crianças por classificação obtida nas provas do *SARESP*.

Tabela 1 – Distribuição das crianças por índice no *SARESP*

Índice	N*	%	FA	PA
Insuficiente	1	1,30	1	1,30
Regular	20	25,97	21	27,27
Bom	15	19,48	36	46,75
Muito bom	13	16,88	49	63,64
Ótimo	28	36,36	77	100,00

n: 77

Pode-se observar que apenas uma criança teve desempenho *Insuficiente* e 25,97% teve desempenho *Regular*, sendo que a maioria teve desempenho de *Bom* a *Ótimo*.

O *Inventário de Estilos Parentais* mostrou que as famílias possuíam práticas negativas referentes à educação das crianças. O resultado, tanto na avaliação das crianças, como dos familiares, retratou um estilo parental de risco, indicativo de práticas parentais negativas que neutralizavam ou se sobrepunham às práticas parentais positivas.

A Tabela 2 a seguir mostra a distribuição das respostas das 107 crianças para o *Inventário de Estilos Parentais*.

Pode-se observar que a média do resultado final para os *ieps* (índice obtido no *Inventário de Estilos Parentais*) das crianças foi $-15,83$. Como o *iep* pode variar de -60 a $+24$, o índice $-15,83$ é considerado pela autora do instrumento como Estilo Parental de Risco (Gomide, 2006). O índice de estilo parental negativo é indicativo de práticas parentais negativas como punição inconsistente, negligência, disciplina relaxada, monitoria negativa e abuso físico que neutralizam ou se sobrepõem às práticas parentais positivas.

Tabela 2 – Distribuição das crianças para o *Inventário de Estilos Parentais*

Variável	Média	Desvio padrão	Máximo	Mínimo	Mediana
Iep	-15.83	0.65	3.00	-30.00	-16.00
A	8.94	0.22	12.00	2.00	9.00
B	4.15	0.23	11.00	0.00	4.00
C	9.24	0.20	12.00	3.00	9.50
D	4.46	0.21	11.00	0.00	4.00
E	4.50	0.19	10.00	0.00	4.00
F	6.77	0.23	11.00	0.00	7.00
G	3.76	0.22	12.00	0.00	3.00

n: 107

iep: índice de estilo parental, A: monitoria positiva, B: comportamento moral, C: punição inconsistente, D: negligência, E: disciplina relaxada, F: monitoria negativa, G: abuso físico.

Para cada uma das práticas, a pontuação poderia variar de 0 a 12 pontos. A prática *monitoria positiva* (A) alcançou média de 8,94. Observa-se, assim, que as crianças consideravam que suas mães exerciam uma monitoria positiva sobre eles, o que envolve o uso adequado de atenção e a distribuição de privilégios, o adequado estabelecimento de regras, a distribuição contínua e segura do afeto, o acompanhamento e a supervisão das atividades escolares e de lazer. A prática *comportamento moral* (B) alcançou média 4,15. Considerando a variação de 0 a 12 pontos, esse valor está abaixo da metade, portanto conclui-se que as crianças consideravam que suas mães exerciam pouco a habilidade de promover condições favoráveis ao desenvolvimento das virtudes, tais como, empatia, senso de justiça, responsabilidade, trabalho, generosidade e do conhecimento do certo e do errado quanto a uso de drogas e álcool e sexo seguro, sempre seguido de exemplo dos pais.

Quanto às práticas negativas, o desejável seria escores médios próximos de zero. A prática *punição inconsistente* (C) obteve média de 9,24, concluindo-se que as crianças consideravam que suas mães orientavam-se muito por seu humor na hora de punir ou reforçar e não pelo ato praticado. A prática *negligência* (D) que representa ausência de atenção e afeto obteve média de 4,46. A prática *disciplina relaxada* (E) que compreende o relaxamento das regras estabelecidas obteve média de 4,50. A prática *monitoria negativa* (F) caracterizada pelo excesso de instruções independente de seu cumprimento e, conseqüentemente, pela geração de um

ambiente de convívio hostil obteve média de 6,77. A prática *abuso físico e psicológico* (G), caracterizado pela disciplina por meio de práticas corporais negativas, ameaça e chantagem de abandono e humilhação do filho, obteve média de 3,76.

A Tabela 3 a seguir mostra a distribuição das respostas dos 57 familiares para o *Inventário de Estilos Parentais*.

Tabela 3 – Distribuição das respostas dos 57 familiares para o *Inventários de Estilos Parentais*

Variável	Média	Desvio padrão	Máximo	Mínimo	Mediana
IEP	-13.22	0.79	0.00	-27.00	-13.00
A	10.46	0.25	12.00	6.00	11.00
B	3.06	0.31	10.00	0.00	3.00
C	10.54	0.27	12.00	5.00	11.00
D	3.28	0.31	10.00	0.00	3.50
E	3.56	0.33	9.00	0.00	4.00
F	7.28	0.25	11.00	3.00	8.00
G	2.08	0.24	7.00	0.00	2.00

n: 57

Iep: índice de estilo parental, A: monitoria positiva, B: comportamento moral, C: punição inconsistente, D: negligência, E: disciplina relaxada, F: monitoria negativa, G: abuso físico.

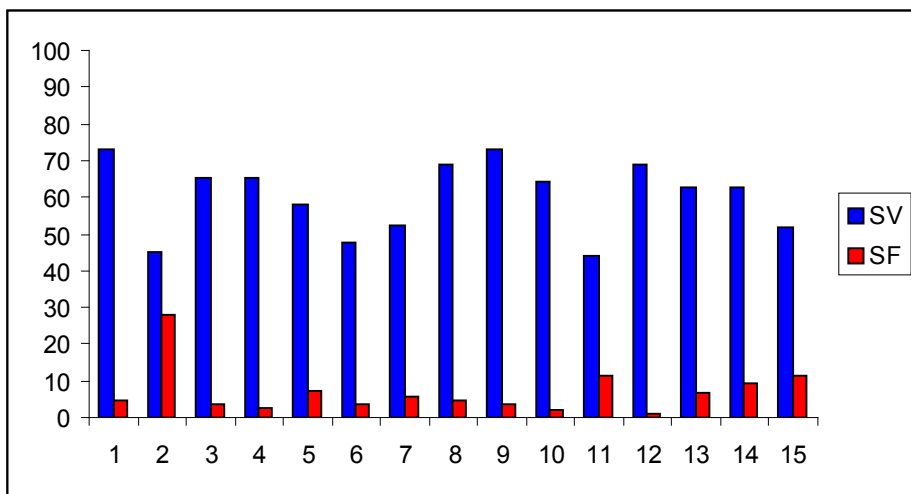
Observa-se que os valores aparentemente não diferem das respostas das crianças. Pode-se dizer, no entanto, que os familiares se auto-avaliavam, quanto ao estilo educacional praticado, de maneira ligeiramente mais positiva do que seus filhos. O *iep* obteve a média de -13,22; menor do que o das crianças (-15,83), o que também é considerado Estilo Parental de Risco segundo a autora do instrumento.

A prática *monitoria positiva* (A) alcançou a média de 10,46, ligeiramente superior que a média das crianças (9,94). A prática *comportamento moral* (B), ao contrário, ficou menor: 3,06 para os familiares e 4,15 para as crianças. A prática *punição inconsistente* (C) foi a prática negativa mais alta, obtendo média de 10,54 para os familiares (para as crianças, foi 9,24). A prática *negligência* (D) resultou na média de 3,28 para os familiares (e 4,46 para as crianças). A prática *disciplina relaxada* (E) obteve média de 3,56 para os familiares (e 4,50 para as crianças). A

prática *monitoria negativa* (F) obteve média de 7,28 para os familiares (e 6,77 para as crianças). A prática *abuso físico* (G) obteve média de 2,08 para os familiares (e 3,76 para as crianças), sendo a menor para ambas.

A *Escala de Resiliência* evidenciou que 82% das crianças pontuaram escores altos nas 15 questões do instrumento, indicando que, segundo a própria avaliação, elas apresentavam vários fatores de resiliência.

A Figura 1 a seguir apresenta as porcentagens das respostas extremas na *Escala de Resiliência*. Para cada questão, calculou-se somente as porcentagens totais de respostas *Sempre Verdadeiro* e *Sempre Falso*. Pode observar que apenas na questão 2 a média de respostas *Sempre Falso* foi alta, sendo que 28,04% das crianças não concordavam com a frase *Eu tenho uma pessoa mais velha que não mora comigo a quem posso contar meus problemas e sentimento*.



n: 107

Figura 1 – Respostas *Sempre Verdadeiro* (SV) e *Sempre Falso* (SF) das crianças na *Escala de Resiliência*

Com relação á resposta *ter pelo menos uma pessoa emocionalmente competente e estável que estivesse sintonizada com as necessidades da criança* considerada como fator de proteção, havia três questões na *Escala de Resiliência* que buscavam verificar isso. A questão 1 (*Eu tenho alguém que me ama*) mostrou que mais de 85% das crianças consideraram essa afirmação verdadeira ou na maioria das vezes verda-

deira. Na questão 4 (*Eu posso contar com meus familiares quando preciso*), mais de 80% das crianças consideraram essa afirmação sempre verdadeira ou muitas vezes verdadeira, assim como na questão 5 (*Eu tenho alguém que é um modelo para mim*).

Acerca dos fatores protetores na comunidade, a questão 2 (*Eu tenho uma pessoa mais velha que não mora comigo a quem posso contar meus problemas e sentimentos*) mostrou que a maioria das crianças tinha essa afirmação como verdadeira, no entanto cerca de 30% delas não consideraram que tinham essa fonte de suporte externo.

Sobre os fatores de proteção próprios das crianças resilientes, a *Escala de Resiliência* mostrou que a maioria delas indicava apresentar otimismo, amabilidade, concentração e auto-estima elevada. Mesmo tendo a maioria das respostas como verdadeira para as questões 11 e 15, relativas às habilidades sociais (*“Eu sinto que posso provocar diferença na forma como as coisas acontecem”* e *“Eu faço planos para fazer coisas”*), houve muitas crianças que responderam de *Às Vezes Verdadeiro, Às Vezes Falso; Muitas vezes Falso e Sempre Falso* à estes itens.

Para verificar correlações entre as variáveis observadas por cada instrumento aplicado, procedeu-se a análise estatística dos mesmos. Os resultados mostraram que apenas para a *Escala Comportamental A2 de Rutter* foram observadas diferenças significativas, de forma a poder dividir as crianças em dois grupos distintos, um que não apresentava problemas emocionais/comportamentais (Grupo A) e outro com problemas emocionais/comportamentais (Grupo B). A seguir, procedeu-se a correlações de ambos os grupos com as outras variáveis levantadas pelos instrumentos aplicados.

Tabela 4 – Dependência do rendimento acadêmico pelo *SARESP* em relação aos grupos de crianças com e sem problemas emocionais/comportamentais

Categoria	Grupo com problemas emocionais/comportamentais	Grupo sem problemas emocionais/comportamentais	p-Valor c2
Ótimo	08 (29,63) ¹	12 (63,16)	
Muito bom	12 (44,44)	3 (15,79)	
Bom	3 (11,11)	3 (15,79)	7, 80%
Regular	04 (14,81)	1 (5,26)	
Total	27 (58,70)	19 (41,30)	

¹ n = frequência (%)

A correlação dos dados do instrumento *SARESP* referente ao rendimento acadêmico com os dois grupos mostrou que, o grupo com problemas emocionais/comportamentais teve mais conceitos *regular* e menos *ótimo*, quando comparado com o grupo sem problemas emocionais/comportamentais, conforme pode ser visto na Tabela 4 acima.

Pode-se dizer que o rendimento acadêmico pelo *SARESP* depende ($p=0,078$) do grupo ou está associado ao grupo com problemas emocionais/comportamentais.

A correlação dos dados do instrumento *Escala de Eventos Adversos* mostrou que em *Condutas Parentais* ocorreu uma diferença significativa, conforme pode ser observado na Tabela 5.

Tabela 5 – Comparação entre os grupos de crianças com e sem problemas emocionais/comportamentais em relação à *Escala de Eventos Adversos*

Escala de Eventos Adversos	Grupo com problemas emocionais/comportamentais	Grupo sem problemas emocionais/comportamentais	Teste t Pr > t
	M±ep	M±ep	
Relações parentais	1,42±0,38	1,78±0,48	0,55
Condutas parentais	0,13±0,07	0,48±0,14	0,03*
Familiares	1,13±0,20	1,35±0,39	0,61
Vida pessoal	0,42±0,10	0,43±0,16	0,93
Vida escolar	1,08±0,19	1,00±0,17	0,74
Problemas nas relações interpessoais	0,17±0,08	0,35±0,12	0,21
Instabilidade financeira	1,92±0,22	1,57±0,24	0,28
Total	7,54±0,87	8,52±1,08	0,48

* $p<0,05$

Condutas Parentais era resultado da soma dos itens que se referiam a consumo de álcool ou droga pelo pai ou mãe e problema do pai ou mãe com a polícia ou justiça, portanto pode-se dizer que as adversidades referentes às condutas parentais estão associadas ao grupo com problemas emocionais/comportamentais.

A Tabela 6 a seguir apresenta a correlação dos dados do instrumento *Inventário de Estilos Parentais* respondido pelas mães.

Tabela 6 – Comparação entre os grupos de crianças com e sem problemas emocionais/comportamentais em relação ao *Inventário de Estilos Parentais* respondido pelas mães

Inventário de Estilos Parentais-mães	Grupo com problemas emocionais/comportamentais	Grupo sem problemas emocionais/comportamentais	Teste t Pr > t
	M±EP	M±EP	
A	10.33±0.37	10.65±0.30	0,53
B	10.56±0.30	10.45±0.46	0,84
C	2.93±0.40	4.50±0.51	0,017*
D	2.96±0.42	3.25±0.50	0,66
E	3.22±0.43	4.05±0.62	0,26
F	6.26±0.34	8.30±0.31	0,001*
G	2.07±0.31	2.20±0.43	0,81
A+B	20.89±0.60	21.10±0.73	0,82
C+D+E+F+G	17.44±1.13	22.45±1.51	0,009*
IEP total	38.33±1.21	43.40±1.26	0,0065*

* p<0,05

iep (índice de estilo parental): A: monitoria positiva, B: comportamento moral, C: punição inconsistente, D: negligência, E: disciplina relaxada, F: monitoria negativa, G: abuso físico.

Pode-se observar que as diferenças mais importantes ($p < 0,01$) apresentaram-se somente para os itens C (punição inconsistente), F (monitoria negativa), C+D+E+F+G (soma das práticas negativas) e para o *iep* total (soma das práticas positivas menos a soma das práticas negativas), portanto pode-se dizer que as práticas negativas estão associadas ao grupo com problemas emocionais/comportamentais.

A considerar que as crianças resilientes são aquelas que apresentam bons resultados diante de adversidades, analisou-se separadamente aquelas que passaram pelo maior número de eventos adversos, como problemas familiares e financeiros. Verificou-se que, pelo menos três crianças, apesar de terem passado por vários eventos adversos não faziam parte do grupo com problemas emocionais/comportamentais e tinha rendimento avaliado como *Muito Bom* e *Ótimo* no *SARESP*, sugerindo que poderiam ser consideradas *resilientes* no momento em que o estudo se realizou. Duas outras crianças, também, passaram por vários eventos adversos, mas apresentavam problemas emocionais/comportamentais, segundo seus familiares.

Discussão

Este estudo pretendeu utilizar várias fontes de medidas para identificar fatores de risco e de resiliência entre escolares provenientes de famílias menos favorecidas economicamente. Para tal, aplicou-se diversos instrumentos junto aos familiares e crianças da faixa etária selecionada e foram realizados cálculos correlacionais a partir dos dados encontrados.

Os instrumentos visavam caracterizar as crianças quanto a rendimento acadêmico, bem como fatores de resiliência e percepção das mesmas sobre os estilos parentais de seus pais. Os questionários aplicados junto aos familiares visavam levantar dados sobre nível socioeconômico; recursos no ambiente familiar; eventos adversos sofridos; percepção do suporte social com o qual poderiam contar, dos estilos parentais que usavam com seus filhos e verificar a presença de distúrbios emocionais/comportamentais nas crianças segundo a visão dos familiares. Posteriormente, realizou-se análises estatísticas visando possíveis correlações entre grupos que se distinguíam.

Os dados do SARESP, da Escala de Eventos Adversos, do Inventário de Recursos no Ambiente Familiar, da Escala de Resiliência, do Formulário informativo sobre nível socioeconômico e do Inventário de Estilos Parentais mostravam dados dispersos ou homogêneos com poucas exceções, não configurando grupos distintos com *n* suficiente para cálculos estatísticos. Os resultados da Escala Comportamental A2 de Rutter, no entanto, evidenciou um grupo de crianças com problemas emocionais/comportamentais (54%) e outro sem (46%). Os dados de todos os outros instrumentos foram correlacionados com estes dois grupos. O grupo com problemas emocionais/comportamentais teve escores significativamente mais negativos no Inventário de Estilos Parentais, respondido pelas mães com relação às práticas punição inconsistente, monitoria negativa, soma das práticas negativas e o escore total (soma das práticas positivas menos a soma das práticas negativas) e na Escala de Eventos Adversos no item Condutas Parentais (consumo de álcool ou droga ou problemas com a polícia ou justiça pelo pai ou mãe). No SARESP, o mesmo grupo teve mais rendimento Regular e menos rendimento Ótimo.

Apesar da literatura descrever que a presença concomitante de diversas condições de risco num mesmo contexto pode aumentar a vulnerabilidade dos indivíduos, as crianças desse estudo relataram apresentar fatores de resiliência. As práticas e condutas parentais negativas evidenciadas no Inventário de

Estilos Parentais e Escala de Eventos Adversos foram consideradas fatores de risco por sua correlação com problemas emocionais/comportamentais na Escala Comportamental A2 de Rutter. A supervisão dos pais para e escola evidenciados pelo Inventário de Recursos no Ambiente Familiar e bons resultados acadêmicos, que variavam de Bom a Ótimo para mais de 70% da amostra no SARESP, foram considerados fatores de proteção. O suporte externo à criança e às mães respondentes averiguados, respectivamente, no item pertinente da Escala de Resiliência e no Questionário de Suporte Social ressaltaram que esse fator de proteção poderia ser mais trabalhado.

O instrumento Questionário de Suporte Social foi importante para identificar as fontes de suporte externo com as quais as mães podiam contar. Em geral, a própria mãe e a família sangüínea foram os mais apontados como fontes de suporte. Apenas 8% contavam com o suporte do marido, o que faz refletir sobre o papel do pai na família, principalmente, ao analisar esse dado juntamente com os provenientes de outros instrumentos utilizados sobre constituição das famílias, profissão dos pais e ocasiões em que a família estava reunida. Se 51% dos lares eram constituídos por pai e mãe biológicos, porque então só 8% das mulheres contavam com o suporte do marido? A maioria das pesquisas sobre o desenvolvimento da criança e seu bem estar está focada na díade mãe-criança. Não obstante, a partir da década de 1970, a estrutura familiar vem mudando muito. A porcentagem de mulheres que exercem atividades remuneradas cresceu e elas deixaram de assumir a totalidade da responsabilidade em relação aos filhos (Cia, Williams & Aiello, 2005). Nesse estudo, verificou-se que 49% das mulheres exerciam trabalho remunerado, mas o suporte marital ainda parece ser insuficiente.

Na comparação com a literatura, Wang e Haertel (1995) alertavam para a importância das experiências positivas na escola, como bons resultados acadêmicos como fator de proteção e Santos e Graminha (2006) verificaram uma forte associação entre baixo rendimento acadêmico e problemas de comportamento. O presente estudo encontrou dados na mesma direção, uma vez que se verificou a correlação entre menor desempenho escolar e problemas emocionais/comportamentais.

A correlação dos dados do instrumento *Escala de Eventos Adversos* com a *Escala Comportamental A2 de Rutter* mostrou que, para o item *Condutas Parentais*, o grupo com problemas emocionais/comportamentais estava mais prejudicado. As *Condutas Parentais* diziam respeito ao consumo de álcool ou droga pelo pai ou

mãe e problema do pai ou mãe com a polícia ou justiça. Portanto, os modelos adultos parentais, também, não poderiam ser considerados fatores de proteção. A importância dos resultados do *Inventário de Estilos parentais* deve-se ao fato de que a promoção da resiliência pode ocorrer de várias formas até os seis anos, período que a criança geralmente sofre uma grande influência da família. Os pais que encorajam a criança a tentar coisas novas, que oferecem suporte e provêm elogios, promovem os fatores de resiliência relacionados às fontes de apoio externas baseadas em relações de confiança (Grotberg, 1995). Se a criança conviver com mães que se orientam mais pelo humor na hora de punir ou reforçar (*punição inconsistente*) e excesso de instruções, independente de seu cumprimento (*monitoria negativa*), pode-se pensar que as práticas educacionais da família não podem ser consideradas um fator de proteção para as crianças deste estudo.

Na avaliação do ambiente familiar e problemas de comportamento associados a rendimento acadêmico, Ferreira & Marturano (2002) identificaram que o ambiente familiar de crianças com baixo desempenho escolar apresentava problemas nas relações interpessoais e falhas parentais como pouco suporte, práticas punitivas e modelos adultos agressivos, resultados semelhantes aos encontrados no presente trabalho. As autoras verificaram que o grupo com problemas de comportamento tinha um número significativamente maior de adversidades relacionadas a condutas parentais que o grupo sem problemas.

A *Escala de Resiliência* (Hiew, Mori, Shimizu & Tominaga, 2000) evidenciou que as crianças deste estudo relataram vários fatores de resiliência, uma vez que 82% do total apresentaram escores altos para os itens medidos pela escala. Portanto, para as crianças, apesar de os resultados do estilo parental apontarem que sua avaliação sobre os pais envolvia um estilo de educação considerado negativo pela literatura, não se sentiam desamparadas pela família. Os dados não são necessariamente contraditórios, basta pensar que, para a criança, a forma como os pais a educam é a “norma”, pois como modelo de comparação ela tem seus colegas, cujos pais fazem de forma semelhante. Entretanto, tais dados apontam a dificuldade de se ter uma única medida para avaliar um processo complexo tal como a resiliência.

Não somente questões metodológicas ainda permanecem mal resolvidas referente ao constructo resiliência, mas também questões conceituais. Alguns autores utilizam, na definição de resiliência, além da presença de risco, termos como sucesso adaptativo (Rutter, 1993) ou história de adaptações exitosas frente ao risco (Luthar & Cushing, 1994, Masten, Best & Garmezy, 1990). As crianças

deste estudo podem ser consideradas em situação de risco sob alguns aspectos, mas será que elas estão apresentando sucesso adaptativo? Melillo (2004) considera que há questões mal resolvidas em torno do que é adaptação. Segundo ele, a presença de sintomas somáticos pode ser considerada um sinal de desadaptação. Simon (1989, como citado em Souza, 2003, p.22) acrescenta que, talvez não seja mais apropriado falar na existência de adaptação ou não adaptação, mas sim “formas de adaptação” categorizando desde uma *adaptação eficaz* até uma *adaptação não eficaz severa* porque toda forma de tentativa de sobrevivência é o meio que o indivíduo encontrou para se adaptar, mesmo os tipos não desejáveis. Além do que, seria necessário distinguir entre setores de adaptação: afetivo-relacional, produtividade, sociocultural e orgânico. Rutter (2007) já considera o fato de que as pessoas podem ser consideradas resilientes em relação a algumas adversidades, mas não a outras, bem como a partir de bons resultados em algumas áreas, mas não em outras.

Considera-se que, de modo geral, os resultados foram importantes para mostrar que há muitos fatores de risco aos quais as crianças estão expostas e que podem, de fato, ocorrer ações preventivas para diminuir essas adversidades, mas elas devem ser bem planejadas. A escola pode funcionar como fator de proteção à medida que favoreça o desenvolvimento da capacidade crítica dos alunos e permita o ingresso deles no mercado de trabalho em condições melhores que os seus pais, favorecendo o rompimento do ciclo da pobreza. Henderson e Milstein (2005) sugerem seis passos como estratégia para promover o despertar da resiliência nos alunos nas escolas, sendo três deles para diminuir os fatores de risco e três para favorecer a resiliência. Os três primeiros referem-se a: enriquecimento dos vínculos com os professores, fixação de limites claros e firmes e proporcionar o ensino de habilidades para a vida. Os três últimos referem-se à: oferecer afeto e apoio incondicionais, estabelecer e transmitir expectativas elevadas e oferecer oportunidades de participação significativa. Intervenções de ensino abordando o conceito de resiliência podem ser muito favoráveis na relação professor-aluno, mas as práticas parentais negativas observadas neste trabalho parecem demonstrar que os problemas começam no meio familiar, portanto a intervenção na escola já seria recuperativa e não preventiva. Williams e Aiello (2004) defendem o empoderamento das famílias nos programas de intervenção precoce. O mesmo recomenda-se aqui para programas de intervenção para promoção de resiliência.

Estudos quantitativos como este são relevantes para evidenciar quais fatores de risco podem ser trabalhados e, nesse caso, ficou claro que o primeiro cami-

no deveria se dar sob a forma de apoio a pais que apresentam estilo parental negativo. Sem esquecer, também, que trabalhar em resiliência significa que se deva trabalhar em políticas educativas, sociais e de justiça econômica. Significa transformar não só comunidades, centros educativos e famílias, mas também criar uma sociedade cujo interesse principal seja dar uma resposta às necessidades de todos cidadãos. A família pode ser o primeiro passo.

Uma vertente no estudo da resiliência trata exatamente da resiliência familiar, ampliando de uma visão individual para uma sistêmica e ecológica. Partindo da perspectiva de um vínculo diádico entre uma pessoa importante e uma criança em situação de risco, a teoria dos sistemas expande a noção de adaptação individual como estando incorporada em processos transacionais mais amplos nos sistemas familiar e social. A perspectiva ecológica leva em conta as muitas esferas de influência no risco e na resiliência no decorrer da vida, como a família, o grupo de pares, a escola, o ambiente de trabalho e sistemas sociais mais abrangentes. O termo resiliência familiar refere-se aos processos de enfrentamento e adaptação da família como uma unidade funcional que influencia o ajustamento final de seus membros (Walsh, 2005). O presente estudo não previa a priori a análise da resiliência familiar, mas os resultados apontaram que práticas e condutas parentais constituíam-se em fatores de risco para as crianças, daí a indicação de que futuros estudos integrem cada vez mais o estudo na resiliência no contexto familiar. Como aponta Yunes, Garcia e Albuquerque (2007), numa investigação acerca das possibilidades de resiliência, monoparentalidade e pobreza, é importante não só a busca do entendimento das complexidades das relações familiares, mas vencer as crenças que patologizam a família, sem dar conta de verificar as possibilidades de intervenção.

Considerações Finais

O estudo chama a atenção ao grande número de estressores e adversidades pelos quais crianças de baixo poder aquisitivo estão expostas, bem como alto grau de problemas emocionais/comportamentais identificado por familiares de tais crianças.

O estudo evidenciou também a dificuldade de se mensurar um fenômeno processual tão complexo como o da resiliência, sendo pioneiro ao utilizar múltiplos instrumentos. Apontou também a necessidade de futuras pesquisas tomarem precauções ao estabelecer critérios de comparação para não incorrer em rotulações

ideologicamente determinadas. O cuidado que se deve ter nas pesquisas com famílias de baixa renda é o de não patologizar a pobreza e indiretamente culpar a vítima, pois as famílias, em condições de pobreza, tem seus próprios estilos de enfrentar as adversidades decorrentes desse grave estressor.

Nessa pesquisa houve apenas um número reduzido de crianças que se mostrou resiliente, mostrando bons resultados a despeito das adversidades. Acredita-se que os resultados encontrados e a discussão gerada a partir deles possa contribuir para subsidiar o planejamento de ações em níveis preventivos ou assistenciais, bem como o trabalho de educadores e profissionais da área da saúde, favorecendo a melhoria das condições educacionais e de saúde mental das crianças e famílias com características semelhantes às analisadas nesse estudo.

Resumo

Com o intuito de contribuir para a ampliação do conhecimento dos fatores de risco e de resiliência envolvidos no desenvolvimento da criança, este estudo teve por objetivo identificar tais fatores entre escolares provenientes de famílias menos favorecidas economicamente. O caráter da pesquisa é descritivo e exploratório na busca de correlações entre fatores de risco que dificultam o desenvolvimento e fatores de resiliência que essa população pode apresentar. Optou-se pelo uso de múltiplos instrumentos por permitir análises estatísticas ainda pouco exploradas na pesquisa nacional sobre resiliência. Um total de 107 crianças de 3^{as} e 4^{as} séries de uma escola pública em uma cidade do interior de São Paulo responderam a *Escala de Resiliência* e o *Inventário de Estilos Parentais*. As mães (57) responderam aos instrumentos *Escala Comportamental Infantil A2 de Rutter*, *Inventário de Recursos no Ambiente Familiar*, *Escala de Eventos Adversos*, *Questionário de Suporte Social*, *Formulário Informativo sobre Nível Socioeconômico* e *Inventário de Estilos Parentais*. O desempenho acadêmico foi levantado pelo *SARESP* (Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar de São Paulo). Os resultados caracterizaram famílias de baixo poder aquisitivo e pouco suporte social. Os eventos adversos mais relatados relacionavam-se a problemas financeiros e dificuldades nos relacionamentos dos pais. Os dados do *SARESP* mostraram que 28,57% das crianças apresentaram baixo desempenho acadêmico. Mais de 80% das crianças se auto-avaliaram como apresentando vários fatores de resiliência, tais como uma auto-percepção positiva, habilidades sociais e contribuições de suportes externos. O estilo parental, tanto na avaliação das crianças como de suas mães, foi considerado de risco. Quase metade das mães (46%) relatou que seus filhos apresentavam alto índice de problemas emocionais/comportamentais. Verificou-se que para esse grupo, os estilos e as condutas parentais eram significativamente mais negativos e o rendimento acadêmico

era inferior quando comparado ao grupo com menos problemas. Considerou-se que cinco crianças (8% do total), devido aos bons resultados acadêmicos apresentados diante do alto número de eventos adversos sofridos, poderiam ser consideradas resilientes. As práticas e condutas parentais negativas foram consideradas fatores de risco por sua correlação com problemas emocionais/comportamentais e a supervisão dos pais para a escola e bons resultados acadêmicos foram considerados fatores de proteção.

Palavras-chaves: Resiliência. Estilos Parentais. Desempenho Acadêmico.

Abstract

With the aim of contributing to the knowledge of risk and resilience factors involved in child development, this study had the goal of identifying these factors among low-income family students. The present research is descriptive and exploratory searching for correlations among risk factors that hinder the development and resilience factors that this population may present. Multiple instruments were used to allow for statistical analyses which are still little explored in Brazilian resilience research. A total of 107 children (3rd and 4th grades) from an elementary public school in an upstate city of São Paulo responded the Resilience Scale and Parental Styles Inventory. Mothers (57) responded the following instruments: A2 Behavior Scale from Rutter, Family Environment Resources Inventory, Adverse Events Scale, Social Support Questionnaire, Information Form about Social-economic Level and Parental Styles Inventory. Academic performance had been indicated by SARESP (Academic Achievement System of Sao Paulo State). Results characterized families as being economically less favored with poor social support. Common adverse events were associated with economic problems, and difficulties in the relationships of parents. SARESP showed that 28.57% of the children presented low academic achievement. Over 80% of the children evaluated themselves as presenting various resilience factors, such as a positive self-perception, good social skills and contributions from external support. Parental style, assessed by children and mothers was considered of risk. Practically half of the mothers (46%) reported that their children presented high indexes of emotional/behaviors problems. It was verified that for this group, parental styles and behaviors were significantly more negative and academic achievement was inferior when compared with the less behavior problem group. Due to the good academic achievement presented in spite of high number of adverse events suffered, it was found that five children (8% of the total) could be considered resilient. Negative parental practices and behaviors were considered risk factors for its correlation with emotional/behavioral problems, and school supervision from parents and good academic achievement were considered protective factors.

Keywords: Resilience. Parental Styles. Academic Achievement.

Resumen

Con la intención de contribuir a la expansión del conocimiento de los factores de riesgo y resiliencia en el desarrollo infantil, este estudio tuvo como objetivo identificar estos factores entre los estudiantes de familias económicamente menos favorecidas. El carácter de la investigación es descriptivo y exploratorio, en busca de correlaciones entre los factores de riesgo que impiden el desarrollo y los factores de resiliencia que puede presentar esta población. Se eligió múltiples instrumentos por permitir el análisis estadístico todavía poco explorado en las investigaciones nacionales acerca de la resistencia. Un total de 107 niños de terceros y cuartos grados de una escuela pública en una ciudad del interior de São Paulo respondió a la Escala de resiliencia y al Inventario de Estilos Parentales. Las madres (57) respondieron a los instrumentos Escala Conductual Infantil A2 de Rutter, Inventario de Recursos en el Ambiente Familiar, Escala de Eventos Adversos, Cuestionario de Apoyo Social, Formulario de Nivel de Información acerca de las Condiciones Socioeconómicas y Inventario de Estilos Parentales. El rendimiento académico fue planteado por el SARESP (Sistema de Evaluación del Rendimiento Escolar de São Paulo). Los resultados caracterizaron familias de bajo poder de consumo y poco apoyo social. Los eventos adversos más frecuentes se relacionaron con problemas financieros y dificultades en las relaciones de los padres. Los datos del SARESP mostraron que 28,57% de los niños tenían bajo rendimiento académico. Más del 80% de los niños se auto-evaluaron como presentando diversos factores de resiliencia, como una percepción positiva de sí mismo, habilidades sociales y las contribuciones de soportes externos. El estilo parental, tanto en la evaluación de los niños como de sus madres, fueron considerados en riesgo. Casi la mitad de las madres (46%) informaron que sus hijos presentaban altos niveles de problemas emocionales/conductuales. Se encontró que para ese grupo, los estilos y conductas parentales fueron significativamente más negativos y el rendimiento académico fue menor en comparación con aquellos con menos problemas. Se estima que cinco niños (8% del total), debido a los buenos resultados académicos presentados frente al número elevado de eventos adversos sufridos, podría considerarse resilientes. Las prácticas y el comportamiento parental negativo fueron considerados factores de riesgo por su correlación con problemas emocionales/conductuales y la supervisión de los padres y la escuela y buenos resultados académicos se consideraron los factores de protección.

Palabras clave: resiliencia; estilos parentales; rendimiento académico.

Referências bibliográficas

Brancalhone, P.G. & Williams, L.C.A. (2003). Crianças expostas à violência conjugal: Uma revisão de área. In M.C. Marqueline; M.A. Almeida; S. Omote; E.D.O. Tanaka(Eds.). *O papel da família junto ao portador de necessidades especiais* (pp. 123-130). Londrina: Eduel.

- Cia, F; Williams, L. C. A . & Aiello, A. L. R. (2005). Influências paternas no desenvolvimento infantil. *Psicologia Escolar e Educacional* , 9(2), 225-233.
- Dancey, C.P. & Reidy, J. (2006). *Estatística sem matemática para Psicologia: Usando SPSS para Windows*. Tradução de Lori Viali. (3ª. Edição). Obra original publicada em 2004. Porto Alegre: ARTMED.
- De Antoni, C. & Koller, S. H. (2000). Vulnerabilidade e resiliência familiar: Um estudo com adolescentes que sofreram maus tratos familiares. *Psicologia, Reflexão e Crítica*, 31(1), 39-66.
- Dell’Aglío, D. D. (2003). Eventos estressores e o papel de proteção da família durante a infância e adolescência. In *Resumos de Comunicações Científicas* (p.142). IV Congresso Brasileiro de Psicologia do Desenvolvimento. Ribeirão Preto, SP
- Evans, G. W. (2004). The environment of childhood poverty. *American Psychologist*, 59(2), 77-92.
- Ferreira, M. C. T. & Marturano, E. M. (2002). Ambiente familiar e os problemas de comportamento apresentados por crianças com baixo desempenho escolar. *Psicologia: Reflexão & Crítica*, 15(1), 35-44.
- Garnezy, N. (1993). Children in poverty: Resilience despite risk. *Psychiatry*, 56, 127-136.
- Gomide, P.I.C. (2006). *Inventário de Estilos Parentais – IEP. Modelo teórico – manual de aplicação, apuração e interpretação*. Petrópolis: Editora Vozes.
- Graminha, S. S. V. (1994). A escala comportamental infantil de Rutter A2: Estudos de adaptação e fidedignidade. *Psicologia em Estudo*, 11(3), 34-42.
- Grotberg E. (1995). A guide to promoting resilience in children. Strengthening the human spirit. *Early Childhood development: Practice and Reflections*, 8. The Hague: Bernard van Leer Foundation.
- Henderson, N. & Milstein, M. M. (2005). *Resiliência en la escuela*. Buenos Aires: Paidós.
- Hiew, C. C., Mori, T., Shimizu, M. & Tominaga, M. (2000). Measurement of resilience development: Preliminary results with a stat-trait resilience inventory. *Journal of Learning & Curriculum Development*, 1,1-9.
- Junqueira, M. F. P. S. & Deslandes, S. F. (2003). Resiliência e abuso infantil. *Cadernos de Saúde Pública*, 19(1), 227-235..
- Kim-Cohen, J. (2007). Resilience and developmental psychopathology. *Child Adolescent Psychiatric Clinics of North America* 16 (2), 271-283.

- Koller, S. H. & Lisboa, C. (2007). Brazilian approaches to understanding and building resilience in at-risk populations. *Child Adolescent Psychiatric Clinics of North America* (16), 341-356.
- Kotliarenco, M. A.; Cáceres, I & Fontecilla, M. (1997). *Estado del arte en resiliencia*. OPS/ OMS, Fundación W. K. Kellogg, Agencia Sueca de Cooperación Internacional para el Desarrollo, CEANIM.
- Luthar, S. S. (1993). Annotation: Methodological and conceptual issues in research on childhood resilience. *Journal of Child Psychology and Psychiatry*, 34, 441-453.
- Luthar, S. S. & Cushing, G. (1994). Measurement issues in the empirical study of resilience an overview. In M. Glantz & J. Johnson (Eds.). *Measurement Issues*. New York: Plenum.
- Maia, J. M & Williams, L. C. A . (2005). Fatores de risco e de proteção ao desenvolvimento infantil: uma revisão da área. *Temas em Psicologia*, (13), 1-15.
- Maldonado, D. A. & Williams, L. C. A. (2005). O comportamento agressivo de crianças do sexo masculino na escola e sua relação com violência doméstica. *Psicologia em Estudo*, 10(3), 353-362.
- Marturano, E. M. (1999). Recursos no ambiente familiar e dificuldades de aprendizagem nas escolas. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 15(2), 135-142.
- Masten, A. S., Best, K. M. & Garmezy, N. (1990). Resilience and development: Contributions from the study of children who overcome adversity. *Development and Psychopathology*, 2, 425-444.
- Masten, A. & Coatsworth, J. D. (1998). The development of competence in favorable and unfavorable environments. *American Psychologist*, 53(2), 205-220.
- Matsukura, T. S., Marturano, E. M & Oishi, J. (2002). O questionário de suporte social (SSQ): Estudos da adaptação para o português. *Revista Latino-americana de Enfermagem*, 10(5), 37-45.
- Melillo, A. (2004). Sobre la necesidad de especificar un nuevo pilar de la resiliencia. In A. Melillo, E. N. Ojeda & D. Rodríguez (Compiladores). *Resiliencia y subjetividad – los ciclos de la vida*. (pp. 77-91). Buenos Aires: Paidós.
- Pasquali, L. (1997). *Psicometria: teoria e aplicações – a teoria clássica dos testes psicológicos*. (pp. 95-97). Brasília: Editora Universidade de Brasília.

- Pesce, R. P.; Assis, S. G.; Santos, N. & Oliveira, R. V. C. (2004). Risco e proteção: Em busca de um equilíbrio promotor de resiliência. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 20(2), 135-143.
- Pinheiro, D. P. N. (2004). A resiliência em discussão. *Psicologia em Estudo*, 9(1), 67-75.
- Rutter, M. (1987). Psychosocial resilience and protective mechanisms. *American Journal of Orthopsychiatry*, 57, 316-331.
- Rutter, M. (1993). Resilience: some conceptual considerations. *Journal of Adolescent Health*, 14(8), 626-633.
- Rutter, M. (2007). Resilience, competence and coping. *Child Abuse & neglect*, 31, 205-209.
- Santos, P. L. & Graminha, S. S. V. (2006). Problemas emocionais e comportamentais associados ao baixo rendimento acadêmico. *Psicologia em Estudo*, 11(1), 101-109.
- Sapienza, G. & Pedromônico, M. R. M. (2005). Risco, proteção e resiliência no desenvolvimento da criança e do adolescente. *Psicologia em Estudo*, 10(2), 209-216.
- Silva, G.(1999). *Resiliencia y violencia política en niños*. Universidade de Lanus-Fundacion Bernard Van Leer. Buenos Aires.
- Souza, M. T. S. (2003). *A resiliência na terapia familiar: construindo, compartilhando e ressignificando experiências*. Tese de Doutorado, PUC, São Paulo.
- Souza, M. T. S. & Cerveny, C. M. O. (2006). Resiliência psicológica: Revisão de literatura e análise de produção científica. *Revista Interamericana de Psicologia*, 40 (1), 115- 122.
- Walsh, F. (2005). *Fortalecendo a resiliência familiar*. São Paulo: Editora Roca.
- Wang, M. C. & Haertel, G. D. (1995). Educational resilience in inner city America: challenges and prospects. In M. C. Wang & G. D. Haertel (Eds.). *Educational Resilience* (pp.159-199). Hillsdale: Lawrence-Erlbaum Associates.
- Werner, E. E. (1993). Risk, resilience and recovery: Perspectives from the Kauai longitudinal study. *Developmental and Psychopathology*, 5, 503-515.
- Williams, L.C.A & Aiello, A.L.R. (2004). Empoderamento de famílias: O que vem a ser e como medir? In E.G. Mendes, M.A. Almeida & L.C.A. Williams (Orgs.). *Temas em Educação Especial: Avanços recentes*.(pp. 197-204). São Carlos: EDUFSCar.

- Yunes, M. A. M. (2003). Famílias monoparentais de baixa-renda: um estudo sobre processos de resiliência e desafios da sobrevivência. In *Resumos de comunicações científicas* (p. 144). IV Congresso Brasileiro de Psicologia do Desenvolvimento, Ribeirão Preto, SP.
- Yunes, M. A. M.; Garcia, N. M & Albuquerque, B. M. (2007). Monoparentalidade, pobreza e resiliência: entre as crenças dos profissionais e as possibilidades da convivência familiar. *Psicologia, Reflexão e Crítica*, 20 (3),

Silvana Canalbe Garcia

Psicóloga Clínica, Doutora em Educação Especial
pelo Programa de Pós-Graduação em Educação Especial.
E-mail: psicologa.silvana@telefonica.com.br

Rachel de Faria Brino

Professora Adjunta do Departamento de Medicina da Universidade Federal de São Carlos,
Pesquisadora Associada ao Laboratório de Análise e Prevenção da Violência (LAPREV),
Doutora em Educação Especial pelo Programa de Pós-Graduação em Educação Especial.
E-mail: brino@ufscar.br

Lúcia Cavalcanti de Albuquerque Williams

Professora Titular do Departamento de Psicologia da Universidade Federal de São Carlos,
Coordenadora do Laboratório de Análise e Prevenção da Violência (LAPREV),
Pós-Doutorado em Psicologia Educacional pela University of Toronto; Doutora
em Psicologia Experimental pela Universidade de São Paulo.
E-mail: williams@ufscar.br